



Número: **0805151-40.2019.8.18.0140**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara Cível da Comarca de Teresina**

Última distribuição : **05/03/2019**

Valor da causa: **R\$ 6.750,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MARIANA DE FATIMA BARBOSA DE OLIVEIRA (AUTOR)		JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)		EDNAN SOARES COUTINHO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
14716744	12/02/2021 12:18	Sentença	Sentença

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
2ª Vara Cível da Comarca de Teresina DA COMARCA DE TERESINA
Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

PROCESSO Nº: 0805151-40.2019.8.18.0140

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [Seguro]

AUTOR: MARIANA DE FATIMA BARBOSA DE OLIVEIRA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

SENTENÇA

Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT ajuizada por ESPOLIO DE JAILSON SOUSA DE SOUSA devidamente representado em face de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, partes devidamente qualificadas nos autos.

A parte autora requer a condenação da requerida em virtude do não pagamento da indenização por morte de JAILSON SOUSA DE SOUSA.

Citada, a requerida apresentou contestação alegando preliminares e no mérito argumentou que nada devia à requerente, tendo pago a indenização pela via administrativa. Juntou documentos.

A parte autora requereu desistência. A requerida se opôs ao pedido, uma vez que deseja uma sentença que resolva o mérito.

É o relato. Decido.

Deixo de analisar as questões preliminares, em virtude das disposições do artigo 488 do código de processo civil.

In casu, a parte autora requer a condenação da requerida ao pagamento da indenização do seguro dpvat tendo como motivo a morte de Jailson Sousa de Sousa.

O valor a ser pago em caso de morte do segurado é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Compulsando os autos, observo que a requerida comprovou o integral pagamento da quantia por meio dos documentos de ID 4931722, com depósitos realizados em 18/03/2019 e 01/12/2017.

Logo, entendo que não há quantia a ser paga pela requerida. Referido ponto é objeto de concordância da autora, quando a mesma peticionou nos autos pela desistência do feito.

Assim, diante do pagamento integral pela via administrativa, tenho que o pedido inicial é IMPROCEDENTE.

Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial, resolvendo o mérito na forma do artigo 487, I do código de processo civil.

Condeno a requerente ao pagamento das custas e honorários, os quais fixo



em 10% sobre o valor atualizado da causa. A condenação ficará suspensa a teor do artigo 98, § 3º do CPC.

Transitada em julgado, arquivem-se os autos.

Publique-se. Registrada eletronicamente pelo sistema. Intimem-se. Cumpra-se.

TERESINA-PI, datada e assinada eletronicamente

Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Teresina

